

J O R N A L D O
CRM-ES

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.crmes.org.br

Edição N.º 84 | Ano 19 | 2017

Com a força do Ministério Público

Conselho faz aproximação com o MP para tentar acelerar solução de problemas nas unidades de saúde

P. 4 e 5



A culpa não é do médico



Carlos Magno, presidente do CRM-ES

Tentar culpar o médico pelo caos na saúde pública já se tornou uma constante do governo federal. Em julho, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, chegou a dizer: “Vamos parar de fingir que a gente paga médicos e o médico parar de fingir que trabalha. Isso não está ajudando a saúde do Brasil”.

Ele fazia referência à intenção do Ministério de implantar a biometria para controlar o cumprimento da jornada de trabalho. Ao tomar conhecimento da declaração, o CRM-ES divulgou em seu site e nas redes sociais uma nota sobre o assunto, em respeito à categoria médica e em repúdio às declarações do Ministro.

Reforçamos, aqui, o que publicamos na ocasião:

Nota aos Médicos e à Sociedade

A saúde pública vai mal e a culpa é de quem?

Pela primeira vez temos de concordar com o ministro da Saúde, Ricardo Barros: “Vamos parar de fingir que pagamos médico...” A frase, parcial, foi dita hoje (dia 13), durante cerimônia no Palácio do Planalto. É a mais pura verdade, senhor ministro – já passou da hora dos governos reconhecerem a importância do médico e garantir a ele remuneração e condições de trabalhos justas.

Lógico que o ministro Ricardo Barros não foi elegante e nem admitiu nenhuma culpa pelo caos. Continuou sua declaração compactuando com a covardia com que os poderes públicos, em geral, tentam transferir para o médico o problema da saúde pública. Sua declaração, na verdade, fora pautada pela cobrança de que o médico não prestaria o tempo de serviço para o qual fora contratado. O caos na saúde pública no Brasil não pode ser atribuído ao médico.

Com exceções como acontecem em todas as profissões, o médico é o profissional que está na unidade de saúde pública, que atende a um sem número de pacientes, que nem de perto recebe o que merece e, muito menos, tem condição para exercer a sua profissão com a qualidade que a população merece, por falta de recursos técnicos dessas unidades, pela desumana lotação desses espaços e, agora cada vez mais frequente, pela insegurança no trabalho. Aumentam vertiginosamente os casos de agressões contra os colegas durante o exercício da profissão.

Portanto, senhor ministro, especialmente no momento atual que o país atravessa, com um sem número de denúncias de corrupção e desvio de verbas, que poderiam ser usadas na saúde para salvar milhares de vida, é inadmissível tentar atribuir ao médico os problemas da má gestão da Saúde.

Aos colegas, atingidos pela generalidade dos comentários inapropriados do ministro da Saúde, nossa solidariedade. À sociedade, que anseia pela retribuição em serviços de qualidade pelos impostos que paga, o nosso compromisso de continuar lutando por um sistema de saúde pública que possa atender às necessidades, especialmente, da população menos favorecida.

Carlos Magno Pretti Dalapicola
Presidente do CRM-ES



Publicação oficial do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo

CRM-ES

Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP 29.050-730
Telefax (27) 2122-0100 / www.crmes.org.br

Presidente:

Carlos Magno Pretti Dalapicola
Aloizio Faria de Souza (Vice-Presidente) • José Renato Harb (1.º Secretário) • Aron Stephen Toczec Souza (2.º Secretário) • Ana Maria Ramos (1.ª Tesoureira) • Jorge Luiz Kriger (2.º Tesoureiro) • Thales Gouveia Limeira (Corregedor) • Rosane Ottoni Passos (Sub-Corregedora).

Conselheiros efetivos:

Aloizio Faria de Souza, Alvaro Lopes Vereno Filho, Ana Maria Ramos, Aron Stephen Toczec Souza, Carlos Magno Pretti Dalapicola, Celso Murad, Delson de Carvalho Soares, Erick Freitas Curi, Fabiano Pimentel Pereira, Fernando Ronchi, Hiram Augusto Nogueira (Licenciado), Jorge Luiz Kriger, Jose Renato Harb, Luis Claudio Limongi Horta, Marcelo Almeida Guerzet, Regina Célia Tonini, Rosane Ottoni Passos, Severino Dantas Filho, Suely Ferreira Rabello, Thales Gouveia Limeira, Vera Lucia Ferreira Vieira, Viviane Oliveira Lisboa Tacla.

Conselheiros suplentes:

Alcides Viana Moraes, Ana Daniela Izoton de Sadovsky, Carlos Pimentel Moschen, Firmino Braga Neto, Flavio Takemi Kataoka, Gustavo Antônio Reis Lopes Picallo, Hudson Soares Leal (Licenciado), Jaime Ribeiro Coelho, Jobson Bortot, Jose Aid Soares Sad, Jose Magno Bufon, Lia Marcia Massini Canedo (Licenciada), Paulo Vicente de Stefano, Perácio Lora Soares, Rosana Alves, Ruy Lora Filho, Ubirajara Moulin de Moraes (Licenciado).

Delegacias Seccionais

NORTE CAPIXABA

Efetivos: André Ideraldo Andreazi Goltara (Presidente), Rafaela Figueira Caetano Azevedo (Secretária), Jorge Luiz Mendes, Mozart Moreira Hemery.

Suplentes: Ronaldo José Thomazini, Fábio Furlin, Vânia Maurício Lisboa David, Itamar Soares Dias, Juliano César Guimarães Sena.

LINHARES

Efetivos: Joel Ancelmo Giuberti (Presidente), Thereza Cristina Prest Mattedi (Secretária), Arthur Luiz Magnago Heleodoro, Maurício José de Souza.

Suplentes: Antônio Pereira de Assunção Sobrinho, Bruno Baião Luquini

SECCIONAL SUL

Efetivos: João Carlos Serafim (Presidente), Sebastião Casotti Vidaurre (Secretário), Fabíola de Freitas Moraes, Fernando Luiz Ribeiro Nunes, Marcos Vinício Pinheiro.

Suplentes: Gediel Teixeira Xavier, Rachel Almeida dos Santos.

VALE DO RIO DOCE

Efetivos: Edson Domingos Margotto (Presidente), Marcia L.Q. Galvão Soares (Secretária), Anette Murad de Oliveira, Marcelo dos Santos Costa, Sandra Helena Pereira.

Suplentes: Anna Selma Perini Fiorot Dell Santo, Carlos Henrique Woelffel Naumann, Dionísio Roque Boschetti Junior, George da Silva Carvalho, Maria Helena de Martin Lazzari.

Jornal do CRM-ES

Jornalista responsável

Cileide Zanotti – MTb 463/89

Conselho Editorial

Carlos Magno Pretti Dalapicola, Aloizio Faria de Souza, Thales Gouveia Limeira, Regina Célia Tonini.

Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico

Gráfica Aquárius

Fotos

Arquivo CRM-ES

Concursos X piso

Os salários oferecidos pelos entes públicos não chegam nem perto do recomendado para a categoria

Os salários oferecidos nos concursos públicos – pelo menos quatro foram realizados, no Espírito Santo, em 2017 –, em geral, não acompanham nem de perto o piso recomendado para a categoria pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), que é de R\$ 13.847,93.

Em função da disparidade entre o que é oferecido e o que é considerado minimamente aceitável pela Fenam e da responsabilidade do trabalho médico, o CRM-ES, junto com as demais entidades que representam a categoria, está agindo conforme a legislação permite na tentativa de frear esses abusos e desrespeitos com a classe médica.

Por isso, o Conselho entrou com o pedido de impugnação do concurso da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, última administração pública a abrir processo seletivo (até o fechamento desta edição) com salário vil para o médico. Além disso, o CRM-ES fez um comunicado aos médicos pedindo atenção e cautela antes de aceitar participar desse tipo de seleção.

Desrespeito

“Esses processos seletivos demonstram o desrespeito do Poder Público com o médico”, segundo o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola. No início de 2017, as prefeituras de Jaguaré e de Nova Venécia também abriram processos seletivos com salários muito abaixo do piso da categoria.

Na mesma linha e época, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (Iprevi) também abriu inscrição para um desses concursos que se repetem com “remuneração imoral”, lembra Dalapicola.

“Pensar que, após aprovado em concurso público e exercendo as atividades profissionais, o médico conseguirá reverter esse relacionamento super desrespeitoso entre empregador e empregado, é se deixar enganar”, avalia o presidente do Conselho.

Dalapicola explica que um acordo ou contrato profissional precisa ser iniciado de forma justa e respeitosa, de modo a dignificar o profissional e a representar, como dito, o nível de responsabilidade por ele assumido. “Portanto, colegas, fiquem atentos, para evitar problemas futuros”, orienta o presidente.



O piso recomendado pela Fenam é de R\$ 13.847,93

Descaso por todos os lados

O ano de 2017 já começou com a gestão pública de dois municípios do interior do Estado, Jaguaré e Nova Venécia, ignorando o piso salarial do médico (R\$ 13.847,93, para 20 horas semanais) e abrindo seleção com salários que o Conselho Regional de Medicina (CRM-ES) classifica como inaceitáveis.

No processo simplificado de seleção pública, número 001/2017, para contratação temporária na Prefeitura de Jaguaré, o salário oferecido para 20 horas semanais de trabalho é de R\$ 1.214,60 e, para 40 horas, de R\$ 6.609,60.

Na Prefeitura de Nova Venécia, a situação é semelhante. O processo seletivo simplificado n.º 022/2016, com classificação marcada para fevereiro, o salário oferecido para 12 horas se-

manais é de R\$ 2.050,00, para 24 horas é de R\$ 4.100,00 e para 40 horas semanais, R\$ 6.500,00.

Em novembro do ano passado, o CRM-ES fez este mesmo alerta aos médicos, uma vez que as prefeituras de São Roque do Canaã e de João Neiva abriram seleção com salários muito aquém do piso divulgado pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Outro caso de desrespeito é do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (Iprevi) de Viana, que no início de 2017, abriu as inscrições para concurso com vaga para médico perito previdenciário, entre outras categorias, com o valor oferecido ao profissional médico ainda muito abaixo do piso.

Prefeitura de Cachoeiro ofende a classe médica

Lamentavelmente, mais um processo seletivo, desta vez publicado pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, oferece aos médicos um salário indigno e desrespeitoso: R\$ 970,69, para 20 horas semanais. O piso salarial da categoria, fixado pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), é de R\$ 13.847,93 mensais, para esta mesma carga horária semanal.

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Carlos Magno Pretti Dalapicola, verificou que o edital do concurso oferece quase 90 vagas para médicos - dentre as 331 ofertadas para 31 áreas distintas. Isso indica que o caos existente no serviço básico de saúde de Cachoeiro de Itapemirim permanecerá, assim como a má gestão municipal.

Dalapicola acrescenta que a realidade apresentada

por esse processo seletivo mostra claramente a sobrecarga de trabalho e o desrespeito para com os profissionais da saúde e para com a população. “Lamentamos a postura do gestor municipal e adotaremos as medidas cabíveis para evitar a proliferação do caos. Mais uma vez, chamamos a atenção dos médicos para avaliar a sua inscrição nesse tipo de concurso”, orienta.

Assim como nos demais processos seletivos em que foram oferecidos salários incompatíveis com a responsabilidade e o tempo de estudo da profissão do médico, e também em observância ao piso Fenam, o CRM-ES alerta novamente aos interessados em prestar concurso público que reflitam bastante antes de participar de processos que oferecem remuneração desrespeitosa para a categoria.

Mais próximo do Ministério Público

CRM-ES explica a promotores de Justiça o trabalho de fiscalização nas unidades públicas e espera resultados mais céleres para minimizar os problemas



A aproximação com o MP dá mais força ao trabalho do CRM-ES

Membros do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) participaram da II Oficina SUS, que teve o objetivo de aproximação das promotorias de Justiça dos órgãos que fiscalizam e auditam os serviços de saúde no Estado.

O evento foi realizado em junho, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), e reuniu representantes do MPES e das áreas de fiscalização das instituições de saúde dos governos estadual e municipal.

O presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, explicou a forma de atuação do Conselho e a parceria que vem realizando com o MPES, para garantir uma saúde pública em melhores condições para a população e condições de trabalho para o médico. Sobre o movimento de aproximação, Dalapicola ressaltou a importância da medida. “Queremos que todas as irregularidades encontradas pelos fiscais do Conselho nas unidades de saúde sejam encaminhadas ao MPES, para que, de fato, eles tenham conhecimento e possam adotar as providências cabíveis.”

Com as ações que envolvem o CRM-ES e o MPES, o presidente destaca que os pedidos feitos pela instituição para que os fiscais do Conselho realizem vistorias em unidades de saúde terá, certamente, mais peso e, possivelmente, resultará em medidas mais céleres para a minimização dos problemas encontrados. “Com essas fiscalizações a pedido do MPES, nossos fiscais geram um Relatório de Fiscalização detalhado para

que os promotores possam agir de acordo com suas competências e ajudar o CRM-ES na cobrança por melhorias no sistema público de saúde.”

Durante a Oficina, o médico fiscal do CRM-ES, Mauro Bof, informou aos promotores como são realizadas as fiscalizações, o que é observado e esclareceu que existe um calendário regular de atividades abrangendo todo o Estado e que tudo é devidamente registrado e adotado o procedimento administrativo que compete ao Conselho: denunciar as irregularidades e encaminhar o Relatório de Fiscalização para os gestores das unidades fiscalizadas, para a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e para o Ministério Público.

A chefe da Seção de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), Adalgisa Abib Lima Saade, também fez uma apresentação durante o evento, abordando aspectos do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), que foi criado em 1990 e ainda não está implantado no SUS. Esclareceu, inclusive, o papel do Denasus e suas atribuições, como realização de auditorias, publicações, protocolos, reuniões, pesquisas, fóruns e capacitações.

O gerente de Auditoria em Saúde da Sesa, Paulo Roberto Rangel, que também participou do evento, enfatizou que “a gestão do SUS se faz todo dia, não dá para ficar programando”. Ele disse, ainda, que é importante estreitar laços com os gestores.

Temas abordados

Auditorias do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus)

Palestrante: Adalgisa Abib Lima Saade, chefe da Seção de Auditoria do Denasus.

Auditorias da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa)

Palestrante: Paulo Roberto Rangel, gerente de Auditoria em Saúde da Sesa.

Fiscalizações feitas pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM/ES)

Palestrantes: Carlos Magno Pretti Dalapicola, presidente do CRM-ES, e Mauro Bof, médico fiscal do CRM-ES.



Carlos Magno falou sobre as ações do CRM-ES no MP

CRM acelera fiscalizações

O trabalho de fiscalização do Conselho Regional de Medicina está mais acelerado em 2017. Entre janeiro e julho, foram fiscalizados 58 Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), número muito relevante comparado ao número de ações em todo o ano passado, que chegou a 73. A atuação dos fiscais do CRM-ES se estende a todo o Espírito Santo.

Além de encaminhar cópia dos relatórios de fiscalização dos estabelecimentos que apresentavam problemas mais graves para o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), as secretarias Municipais de Saúde e a Vigilância Sanitária Municipal foram notificadas, para a adoção de medidas de correção das irregularidades encontradas.

Alguns desses casos viraram ações civis públicas, especialmente os que se referem à Maternidade de Carapina e UPA de Guarapari, que se encontram em andamento.

Todos os EAS fiscalizados apresentavam inconformidades sanitárias, conforme Resolução 2.056/13 e Códigos Sanitários vigentes.



No ano passado, profissionais de saúde fizeram uma grande manifestação em frente ao Hospital Infantil

CRM-ES denuncia problemas em hospital infantil e força governo a adotar medidas

Os problemas estruturais do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG) se agravam a cada dia. Apesar das constantes fiscalizações do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) nesta unidade, que resultam em relatórios detalhados denunciando a situação e solicitando soluções, as fortes chuvas que caíram em maio no Espírito Santo complicaram ainda mais o trabalho médico e o consequente atendimento às crianças.

No dia 22 de maio, fiscais do CRM-ES voltaram ao Hospital e constataram, junto com representantes do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica do Espírito Santo, novos problemas, como goteiras em vários pontos da unidade. Salas e corredores do Centro de Tratamento de Queimados, por exemplo, ficaram completamente molhados.

As goteiras também atingiram os computadores e, segundo o conselheiro do CRM-ES, Gustavo Picallo, presente na fiscalização, “o setor de Oncologia está com paredes infiltradas, danificadas e móveis não condizentes com a necessidade que existe de atendimento”, disse.

O HINSG é um hospital de especialidades pediátricas de alta complexidade, referência e único no Estado para tratamento do cân-

cer infantil. Um novo relatório de vistoria foi feito e entregue às autoridades competentes solicitando melhorias urgentes.

ONCOLOGIA - No que diz respeito ao tratamento do câncer infantil, desde julho de 2012 não existe aumento de vagas para o setor. São 19 leitos dedicados ao atendimento de crianças e adolescentes que sofrem com o câncer, apesar da crescente demanda do hospital.

Devido à falta de vagas, as mães que recorrem ao Hospital denunciam a “internação” de pacientes em macas e cadeiras instaladas próximas de outros pacientes e de lixeiras. Isso sem falar no atraso de até 30 dias para o início da quimioterapia.

RESULTADO - Em resposta às cobranças do CRM-ES e demais entidades médicas, a Secretaria de Saúde do Espírito Santo (Sesa) informou que está finalizando a reforma e adequação do Hospital da Polícia Militar (HPM) para receber o Pronto-Socorro e a Oncologia do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória. A promessa é de abrir 75 leitos para internação, 12 para UTI e outros leitos para o atendimento em pronto-socorro. Até o final deste ano deverão ser abertos mais 18 leitos para o atendimento oncológico

no sistema hospital-dia.

O presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, participou, no final do mês de maio, de uma fiscalização nas instalações do HPM. Junto com o Conselho estiveram presentes representantes das entidades médicas capixabas. “As instalações nesse novo local estão boas e irão desafogar o Hospital Infantil. O Governo encontrou uma boa alternativa, mas que teremos de ver se realmente irá atender à demanda”, resume Dalapicola.

O novo local para atendimento das urgências e emergências e para o tratamento oncológico resultarão em benefício para o médico e o paciente, desde que existam funcionários e materiais suficientes para prestar o atendimento à demanda existente. Por enquanto, a resposta do Governo à solicitação de melhores condições para o médico trabalhar e de atendimento ao paciente pediátrico está sendo positiva.

Representantes do CRM-ES manterão constante fiscalização tanto no HPM quanto no HINSG para verificar se realmente as condições de trabalho e de atendimento médico melhoraram. A previsão de transferência de parte do atendimento do HINSG para o HPM é para o 2.º semestre de 2017.

Mais Médico em debate

Vice-presidente do CRM-ES discute problemas da lei em Congresso

A boa atenção primária é fundamental para a saúde da população e para o sistema de saúde pública. Se nas unidades básicas o atendimento é eficiente, a média e a alta complexidade terão menos sobrecarga e mais condições de dar uma melhor atenção ao paciente. Não faltam médicos, faltam condições de trabalho, segurança e remuneração adequada para o profissional. Este foi o alerta dado pelo vice-presidente do CRM-ES, Aloizio Faria de Souza, no 1.º Congresso Capixaba de Medicina de Família e Comunidade, realizado no Vitória Grand Hall, em junho.

Aloizio representou o CRM-ES no debate que abordou a Lei 12.871/2013 (Lei do Mais Médicos). Participaram da mesa de discussões Flávia Thereza Decottignies (moderadora), Marcello Dalla (presidente da Associação Capixaba de Medicina de Família e Comunidade - ACMFC), Elizabeth Albuquerque (representante do Ministério da Saúde) e Rosana Alves (representante da Associação Brasileira de Educação Médica - Abem).

Segurança

O vice-presidente do Conselho frisou a necessidade de garantir a segurança para o médico trabalhar, o que inclui unidades equipadas com medicamentos, equipamentos e todas as condições para a boa prestação dos serviços de saúde ao paciente, como uma boa estrutura física e segurança policial para os profissionais e pacientes.

“Além de boas condições de trabalho, cabe ao governo dar proteção física aos profissionais da saúde e à população. O médico não vai para as unidades localizadas em regiões violentas, não vai colocar sua vida em risco, por isso, não se candidata às vagas existentes. O que falta é segurança e não médico”, reforçou Aloizio.

No que diz respeito à Lei do Mais Médico, outra crítica do vice-presidente do CRM-ES foi para o oferecimento de bolsa. “O médico precisa estar amparado pela lei trabalhista”, disse ele e sugeriu ao governo que, junto ao Mais Médicos, lance também os programas Mais Hospitais, Mais Leitos, Mais Investimento para o SUS, Mais Clínicas de Especialidades Médicas, Mais Materiais e Equipamentos e Mais Medicamentos.

Aloizio Faria de Souza finalizou sua apresentação com imagens das péssimas condições físicas das unidades de saúde do Espírito Santo, feitas recentemente pelo Setor de Fiscalização do CRM-ES, mostrando mofos, infiltrações, equipamentos danificados, goteiras, pacientes “acomodados” em cadeiras e nos corredores hospitalares. Ele aproveitou para lembrar que no setor público também existem ilhas de excelência, mas que são exceções.



Aloizio Faria quer mais segurança para os médicos

Atualização médica

O Programa de Educação Médica Continuada (PEC) deve ganhar um novo projeto de capacitação para os médicos dos PA's, UPA's e PS, que está em fase de licitação. O objetivo é, depois de finalizado o processo, capacitar ainda neste ano cerca de 95 profissionais, priorizando essas áreas.

A prioridade para a capacitação pelo PEC, nesses casos, será para os médicos que não têm residência médica, títulos de especialista ou outros cursos de capacitação. A proposta para o ano que vem é de que o Programa seja estendido a áreas sensíveis, como a pediatria, visando, primeiro, os atendimentos de urgência e emergência.

A proposta geral do PEC é o de atualizar as condutas e protocolos nas mais diversas áreas de atuação do médico, como também orientando a categoria e os jovens profissionais no que diz respeito às questões técnico-administrativas do Conselho de Medicina voltadas para o bom exercício da profissão.

Para isso, a equipe do PEC, junto com as delegacias seccionais, solicita aos médicos de cada região os temas de maior interesse e os assuntos administrativos mais relevantes para serem abordados em cursos ou palestras.

Com esse foco, temas como Zica, H1N1, Febre amarela, indicação de hemotransfusão na emergência, preenchimento de obituário, bioética médica, além de mídias sociais e medicina e publicidade médica foram abordados neste ano, até o momento.

Cada PEC, esclarece o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, é montado de acordo com os temas de interesse dos próprios médicos e também com a necessidade identificada pelo Conselho e suas delegacias seccionais.

Entre em contato com a sua seccional ou com a equipe do PEC, na sede do CRM-ES, e proponha o tema de seu interesse. Para enviar sugestões ao PEC: mirela@crmes.org.br

PECs

Linhares - 13/03/2017

Dengue, Zica, H1N1, febre amarela, responsabilidade médica de plantão, publicidade médica.

Vitória – Universidade Federal do Espírito Santo - 24/03/2017

Julgamento simulado. Para mostrar aos médicos e futuros médicos como é realizado um julgamento ético e as principais denúncias recebidas pelo Conselho.

Vitória – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam) - 19/04/2017

Julgamento simulado. Para mostrar aos médicos e futuros médicos como é realizado um julgamento ético e as principais denúncias recebidas pelo Conselho.

Colatina - 26/04/2017

Febre amarela, indicação de hemotransfusão na emergência.

São Mateus - 10/05/2017

Mídias sociais e medicina, febre amarela no ES.

Colatina - Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc) - 09/06/2017

Julgamento simulado. Para mostrar aos médicos e futuros médicos como é realizado um julgamento ético e as principais denúncias recebidas pelo Conselho.

Cachoeiro de Itapemirim - 21/06/2017

Ética e biótica médica, preenchimento de obituário.

Marataízes - 19/07/2017

Febre amarela, responsabilidade médica de plantão.

Vila Velha - 09/08/2017

Julgamento simulado. Para mostrar aos médicos e futuros médicos como é realizado um julgamento ético e as principais denúncias recebidas pelo Conselho.

Alegre - 31/08/2017

Ventilação mecânica e ética médica.

Vitória - 27/09/2017

Julgamento simulado - Multivix

A orientação começa na escola

Documento para estudantes de medicina está na fase final de elaboração



O objetivo, com o documento, é ajudar na conduta do estudante de medicina

A elaboração do Código de Ética dos Estudantes de Medicina (CEEM) está na fase final. O documento servirá de base para a consolidação dos valores éticos fundamentais para a formação acadêmica dos futuros médicos brasileiros.

Por meio de sugestões enviadas ao Conselho Federal, médicos e estudantes de medicina de todo o País contribuíram para a formação do Código, que recebeu 272 propostas referentes a cinco eixos temáticos – relação do estudante com a instituição, relações interpessoais do estudante, responsabilidade do estudante com seus estudos/formação, relação do estudante com a sociedade e relação multiprofissional.

Em mais de um ano foram realizadas 15 reuniões da Comissão Nacional de elaboração do CEEM para a consolidação do documento. Além de representantes do CFM, participaram do processo de análise das propostas docentes e discentes da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina (ABLAM), da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil (Aemed-BR), da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), da Federação Internacional das Associações dos Estudantes de Medicina do Brasil (IFMSA Brazil) e da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem Nacional). No dia 1.º de agosto, durante o Fórum do CEEM, realizado em Brasília, o documento foi aprovado.

Segundo o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, o CEEM aborda, de forma clara e didática, o comportamento ético necessário aos estudantes de medicina, o que servirá como ação preventiva para a boa prática médica. “É um documento oficial, com orientações e normas a serem cumpridas. Caberá aos conselhos regionais e ao Federal primar pela sua aplicação”, informa.

“É preciso deixar claro que o Código de Ética do Estudante é um documento voltado para a orientação e ajuda na formação ética do futuro profissional. Ele contém preceitos morais e éticos necessários ao estudante. Não queremos e não podemos punir os alunos de Medicina, mas orientá-los da melhor forma possível, contribuir, positivamente, para a sua boa formação médica”, esclarece Dalapicola.

Códigos de ética para estudantes de medicina são realidade em alguns países, como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, algumas instituições de ensino e conselhos regionais de Medicina instituíram, por iniciativa própria, normativas internas. No portal do CEEM, alguns desses documentos – que serviram de inspiração para a definição de propostas encaminhadas – estão à disposição de todos.

Representantes do ES participam da revisão do Código de Ética

Até o primeiro trimestre de 2018, o novo Código de Ética Médica deverá ser aprovado, com expectativa de entrar em vigor no final desse mesmo ano. A Comissão de Revisão do Código de Ética Médica (CEM), da qual cinco conselheiros capixabas fazem parte, recebeu 1.409 sugestões enviadas por médicos e por entidades organizadoras da sociedade civil. Os trabalhos de revisão tiveram início em junho de 2016.

Segundo o conselheiro Thales Gouveia Limeira, coordenador da Comissão Estadual para revisão do Código, as propostas recebidas estão relacionadas a temas de direitos humanos, relação com pacientes e familiares, doação e transplante de órgãos e tecidos, além da relação entre médicos e demais assuntos ligados à profissão.

A finalidade é tornar o Código de Ética Médica ainda mais próximo da realidade do médico, incluindo, alterando ou excluindo artigos considerados ineficientes.

Comissão Estadual

- **Thales Gouveia Limeira (Coordenador da Comissão e Conselheiro do CRM-ES)**
- Carlos Magno Pretti Dalapicola (Membro da Comissão e Presidente do CRM-ES)
- Aron Stephen Tockze Souza (Membro da Comissão e Conselheiro do CRM-ES)
- Regina Célia Tonini (Membro da Comissão e Conselheira do CRM-ES)
- Paulo Roberto Merçon de Vargas (Membro da Comissão como médico convidado)

Julgamento Simulado



Julgamento Simulado em Colatina.

O CRM-ES adotou o modelo de Julgamento Simulado para esclarecer e orientar ainda mais médicos e estudantes de Medicina a respeito das ações do Tribunal de Ética do Conselho.

Com esses programas, criado no segundo semestre do ano passado, os “julgamentos” simulam o processo ético-profissional. Antes dessa fase processual, no entanto, para todas as denúncias que chegam ao CRM-ES são abertas sindicâncias. O processo ético, que leva ao julgamento, só se confirma se, na fase de Sindicância, houver indícios de irregularidades.

A aceitação do público para o programa Julgamento Simulado é tão grande que o Conselho precisou limitar o número de vagas e abrir inscrições para os interessados. O objetivo do “Julgamento”, informa o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola, é mostrar a transparência do processo e, principalmente, esclarecer para os profissionais e estudantes as atitudes que geram denúncias e como elas podem ser evitadas.

Nesses simulados, o médico participa de todas as fases do julgamento e tem a oportunidade de acompanhar a complexidade dos processos, além de receber previamente esclarecimentos a respeito do Código de Ética Médica.

Diante da importância dessa ação e do grande interesse da classe médica, para atender ao público do interior do Estado, o Julgamento Simulado passou a integrar a grade do Programa de Educação Médica Continuada (PEC).

Atenção ao Certificado de Regularidade

A renovação anual é imprescindível para evitar suspensão do cadastro



O Certificado é uma exigência do CFM

O Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, documento que atesta a regularidade da inscrição do estabelecimento de saúde devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), deve ser renovado anualmente, após o cumprimento dos requisitos que comprovem sua regularidade perante a autarquia.

A necessidade de renovar a inscrição consta na Resolução CFM n.º 1.980/2011, que estabelece como prazo a data do aniversário da inscrição (veja a resolução no site www.crmes.org.br). Portanto, a secretária-geral do CRM-ES, Regina Célia Tonini, orienta que o Conselho seja procurado com

pelo menos 30 dias de antecedência da data final de validade do Certificado, para que os trâmites administrativos sejam cumpridos adequadamente e sem riscos de comprometimento dos prazos legais.

Segundo a mesma Resolução CFM, “a empresa, instituição, entidade ou estabelecimento que não renovar o cadastro ou registro por período superior a dois exercícios consecutivos estará sujeita à suspensão de cadastro ou registro a partir de deliberação de plenária do respectivo regional, sem prejuízo das anuidades em débito até sua inativação ex officio no cadastro de pessoas jurídicas”. Para regularizar a inscrição é necessário pagar o total das anuidades devidas.

Regina Célia Tonini também adverte para a importância de deixar o Certificado de Inscrição da Empresa, devidamente atualizado, visível ao público, como é definido pelas normas do Conselho Federal.

Para mais informação, entre em contato com a equipe técnica do CRM-ES.

Pessoa Física

Todo médico também precisa estar com seus dados cadastrais atualizados. Essa atualização pode ser feita por meio do site www.crmes.org.br, pelo e-mail medico@crm.es.org.br ou pelo telefone (27) 2122-0100. Fique atento e evite contratemplos.

Pré-inscrição *on-line* para Pessoa Jurídica

Desde 1.º de setembro os registros/cadastros de Pessoas Jurídicas passaram a ser efetivados via pré-inscrição no site do CRM-ES. Esse procedimento é necessário para a formalização do processo e a consequente efetivação do registro.

É importante que o responsável pela inscrição faça todas as fases do processo, que começa com a pré-inscrição *on-line* e que termina com o comparecimento e entrega dos documentos na sede do CRM-ES, em Vitória, ou nas Delegacias Seccionais (Linhares, Colatina, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim).

Veja o passo a passo do processo no site www.crmes.org.br.

Acesse Portal da Transparência

As informações institucionais e organizacionais do CRM-ES, compreendendo suas funções, competências, estrutura, relação de conselheiros, horários de atendimento, relatórios e planilhas de compras, contratos, licitações, despesas com fornecedores, gastos com diárias e passagens, previsão orçamentária, aplicação dos recursos financeiros, entre outras informações

que envolvem as ações do Conselho de Medicina, estão disponíveis no Portal da Transparência.

Trata-se de uma ferramenta que permite a todo cidadão ter acesso a informações sobre a gestão administrativa da Autarquia. Navegue pelo nosso Portal. Entre no site www.crmes.org.br, desça a página até a barra verde e clique em Portal da Transparência.